

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 04.

TEXTO:

Fios (des) conectados

A linguagem nos inclui numa ordem humana. Ela não só permite a comunicação, mas também é justamente o que nos insere no universo da cultura, possibilitando a troca de experiências, suas elaborações e transmissão de geração em geração, o que nos leva à proposição de que a cultura é linguagem.

5 A transmissão institui um rastro que se torna um lugar para a circulação de novas aquisições, que se dá a ver por meio de um processo de compartilhamento.

São articulações que visam a um desdobramento do que se processa na via de uma produção individual, com suas aventuras e desventuras para outra ordem, ou seja, certa aquisição coletiva. Segundo Freud, o individual está mutuamente constituído no coletivo.

10 Aliás, se retrocedermos o pensamento e localizarmos algumas construções humanas, como foram a transmissão engajada pelas narrações dos poetas — antes mesmo da criação do alfabeto na Grécia antiga —, poderemos demarcar movimentos que convergiram para os textos, para a transmissão escrita.

Uma mudança significativa, na qual o orador, o poeta, deixou de ser uma via imprescindível. O texto passa a trazer em si um lugar de “escutatória”, termo que uso em homenagem ao amigo e escritor

15 Rubem Alves.

Assim se dá o universo literário, na via de expansão das diversas formas existentes de transmissão. É dialogando e participando ativamente de suas (des) construções que o escritor refaz seus votos e investe em novos mundos.

20 Para poder entrar em contato íntimo com vivências que abrangem muitas outras formas de existir, pensar, investir e criar o mundo, o escritor toma aquilo que é mais cotidiano e já tão naturalizado, que se torna invisível, numa motivação para o (re) pensar, para um ressurgimento e (re) encantamento das palavras.

MANTOVANI, Paula. Fios (des) conectados. **Psique**. ciência & vida, São Paulo: Escala, ano IV, n. 43, p. 48-49, 2009. Adaptado.

Questão 01 (Peso 3)

Marque com **V** as afirmativas com suporte textual e com **F**, as demais.

- () A literatura nada mais é do que a recriação da realidade segundo a ótica do escritor que, em sua produção, imprime a marca que lhe é peculiar, ao se apropriar do mundo, da condição humana, num verdadeiro ato de fé.
- () A linguagem é o alicerce da construção de mundos criados individualmente e recriados pelo imaginário popular à medida que há troca de experiências pelo processo de compartilhamento cultural.
- () A cultura é constituída por um processo de transmissão e aquisição de vivências cotidianas que englobam muitas formas de pensar, existir e de ler o mundo.
- () O processo de recriação do mundo pressupõe tão-somente a coragem do indivíduo para dominar e até subjugar a realidade a seus objetivos.
- () O individual e o coletivo, na concepção freudiana, não constituem termos que se opõem, mas palavras que possuem exatamente o mesmo sentido.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F V F V V
- B) F F V V F
- C) V V V F F
- D) V V F F V
- E) V V V V V

Questão 02 (Peso 1)

O texto evidencia

- A) o valor da isenção de um escritor de sua obra.
- B) o encantamento que a “escutatória” de um texto provoca no leitor.
- C) a anulação do autor face à relação dialógica que sua obra estabelece com o leitor.
- D) o papel dos que dominam a linguagem para o enriquecimento cultural da humanidade.
- E) a importância da linguagem para transmissão e aquisição de experiências e sua interligação com a cultura.

Questão 03 (Peso 1)

É verdadeiro o que se afirma sobre o termo transcrito na alternativa

- A) “mas também” (linha 1) estabelece com a informação anterior uma relação de proporcionalidade.
- B) “se dá a ver” (linha 6) pode ser substituído por *são percebidas*, sem o comprometimento semântico do contexto.
- C) “Aliás” (linha 10) é um termo indicador de exemplificação, equivalendo a *Quer dizer*.
- D) “retrocedermos” (linha 10) e “poderemos” (linha 12) são formas verbais sinalizadoras, no contexto, respectivamente, de condicionalidade e possibilidade.
- E) “Assim” (linha 16) pode ser entendido como um elemento introdutor de uma ideia de condição.

Questão 04 (Peso 2)

Em sua composição, o texto apresenta

- A) parágrafos sintéticos, construídos, basicamente, em linguagem coloquial.
- B) afirmativas embasadas no discurso de outros enunciadores.
- C) ausência de juízos de valor sobre o assunto focado.
- D) uso de recursos metalinguísticos e metafóricos.
- E) predomínio da função apelativa da linguagem.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 05 a 07.

TEXTO:

Não deu para apagar o apagão

Desorientado pelo apagão que atingiu dezoito estados do país no dia 10 de novembro, o governo federal foi rápido como um raio na hora de tentar tirar o problema do seu colo. Poucas horas depois do término do blecaute, o ministro Edison Lobão — que ocupa a pasta de Minas e Energia, mas não tem a menor intimidade com volts, wats e ampères — veio a público. Ansioso para encerrar o assunto, Lobão se

5 apressou em garantir que o apagão havia sido causado pela queda de três raios, praticamente simultâneos, nas três linhas que compõem o maior ramal de transmissão elétrica do país, entre a usina de Taipu e a cidade de São Paulo. Os três raios teriam causado três curtos-circuitos, que deram início à reação em cadeia que deixou boa parte do país no escuro. A explicação não é crível por três razões: o

10 Instituto de Pesquisas Espaciais, que monitora raios em todo o país, diz que nenhum deles atingiu o ramal de Itaipu na hora do apagão; mesmo que isso tivesse ocorrido, as linhas de transmissão são projetadas para suportar raios sem entrarem colapso; por fim, a probabilidade de três raios extremamente poderosos caírem em três linhas do mesmo ramal com diferença de milésimos de segundos é praticamente nula.

Como não poderia deixar de ser, os políticos aproveitam o episódio para fazer a dança da chuva esperando que raios e trovoadas atinjam o campo adversário. A ministra Dilma Rousseff, de quem se

15 esperava uma atuação firme na condução das ações do governo, por ser ela uma especialista no setor elétrico, saiu de cena. Apareceu bem depois apenas para comentar, com aquela suavidade que lhe é característica, que o blecaute do governo Lula era menos grave do que o que ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como se dois erros produzissem um acerto.

PORTELA, Fábio. Não deu para apagar o apagão. **Veja**, São Paulo: Abril, ed. 2140, ano 42, n. 47, p. 84-85, 25 nov. 2009. Adaptado.

Questão 05 (Peso 2)

Assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

O texto

- () é marcado por um tom crítico-irônico.
- () revela a existência de tentativas de sufocar e/ou minimizar um problema grave.
- () insinua a necessidade de conhecimento específico da área em que uma pessoa milita.
- () denuncia a falta de vontade política para resolver um problema que pode voltar a afetar a população do país.
- () tiraniza o ministro das Minas e Energia do Brasil por desconhecer a gênese do recente blecaute de que trata.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V F F
- B) V F F V V
- C) F V F V F
- D) F F V V V
- E) V V V V V

Questão 06 (Peso 1)

É verdadeiro o que se afirma sobre o fragmento transcrito em

- A) “Desorientado pelo apagão que atingiu dezoito estados do país no dia 10 de novembro, o governo federal foi rápido como um raio na hora de tentar tirar o problema do seu colo.” (linhas 1 e 2) é uma afirmativa sem nenhum esclarecimento posterior no contexto.
- B) “Poucas horas depois do término do blecaute, o ministro Edison Lobão — que ocupa a pasta de Minas e Energia, mas não tem a menor intimidade com volts, wats e ampères — veio a público. (linhas de 2 a 4) prenuncia uma justificativa para o ocorrido sem fundamentação teórica ou até mesmo prática.
- C) “Os três raios teriam causado três curtos-circuitos, que deram início à reação em cadeia que deixou boa parte do país no escuro.” (linhas 7 e 8) apresenta a forma verbal “teriam causado” indicando um processo permansivo, ou seja, o processo terminou, mas os resultados dele advindos perduram até agora.
- D) “Como não poderia deixar de ser, os políticos aproveitam o episódio para fazer a dança da chuva esperando que raios e trovoadas atinjam o campo adversário.” (linhas 13 e 14) faz referência ao estardalhaço que caracteriza a busca de soluções imediatas para resolver o problema.
- E) “Como se dois erros produzissem um acerto.” (linha 18) encerra uma observação favorável à colocação feita pela ministra Dilma Rousseff.

Questão 07 (Peso 3)

O título do texto

- A) é formado por palavras antitéticas.
- B) constrói-se a partir de um trocadilho.
- C) é estruturado através de um processo sonoro: a aliteração.
- D) nega, de início, qualquer possibilidade de justificativa do ocorrido.
- E) prenuncia um desenvolvimento temático mesclado de contradições.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 08 a 10.

TEXTO:

Golpe contra camponeses

- Em dezembro passado, a senadora Kátia Abreu, do DEM de Tocantins, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) com um discurso pretensamente modernizador. Previa uma nova inserção social dos produtores rurais por meio de “rupturas” no modo de se relacionar com o mercado, o consumidor, o governo e a economia global. Pretendia, segundo ela mesma, “remover os
- 5 preconceitos” que teriam isolado os ruralistas do resto da sociedade brasileira e cravado neles a pecha de “protótipos do atraso”. Diante de uma audiência orgulhosa da primeira mulher a assumir o comando da CNA, Kátia concluiu: “Somos o que somos e não quem nos imaginam (*sic*)”. Foi efusivamente aplaudida. E tornou-se a musa dos ruralistas.
- 10 Talvez, em transe corporativo, a plateia não tenha percebido, mas a senadora parecia falar de si mesma. Aos 46 anos, Kátia Abreu é uma jovem liderança ruralista afeita à velha tradição dos antigos coronéis de terras, embora, justiça seja feita, não lhe pesem nos ombros acusações de assassinatos e violências outras no trato das questões agrárias que lhe são tão caras. A principal arma parlamentar é o discurso da legalidade normalmente válido apenas para justificar atos contra pequenos agricultores.
- 15 Com a espada da lei nas mãos e com a aquiescência de eminências do Poder Judiciário, ela tem se dedicado a investir sobre os trabalhadores sem-terra. Acusa-os de serem financiados ilegalmente para invadir terras Brasil afora. Ao mesmo tempo, pede uma intervenção no Estado do Pará e acusa a governadora Ana Júlia Carepa de não cumprir os mandados de reintegração de posse expedidos pelo Judiciário local. O foco no Pará tem um objetivo que vai além da política. A senadora, ao partir para o
- 20 ataque, advoga em causa própria. Foram ações do poder público que lhe garantiram, praticamente de graça, extensas e férteis terras do Cerrado de Tocantins. E mais: Kátia Abreu, beneficiária de um esquema investigado pelo Ministério Público Federal, conseguiu transformar terras antes produtivas em áreas onde nada se planta ou cria. Tradução: na prática, a musa do agronegócio age como os acumuladores tradicionais de terras que atentam até contra a modernização capitalista do setor rural brasileiro.

FORTES, Leandro. Golpe contra camponeses. **Carta Capital**, São Paulo: Confiança, ano XV, n. 573, p. 27-28, 25 nov. 2009.

Questão 08 (Peso 3)

Está **em desacordo** com fragmento transcrito o que se afirma em

- A) Com base na informação sobre o discurso inicial da senadora de que fala a reportagem, em que aparecem expressões contundentes, como “rupturas” (linha 3) e “remover os preconceitos” (linhas 4 e 5), pode-se inferir que “Nem tudo que reluz é ouro”.
- B) Tendo-se em vista a afirmativa “Talvez, em transe corporativo, a plateia não tenha percebido, mas a senadora parecia falar de si mesma.” (linhas 9 e 10), fica evidente a referência feita à declaração da senadora de que “Somos o que somos e não quem nos imaginam (*sic*)”. (linha 7).
- C) Quando devidamente contextualizada, a frase “A principal arma parlamentar é o discurso da legalidade normalmente válido apenas para justificar atos contra pequenos agricultores.” (linhas 12 e 13) permite afirmar que a exploração do homem pelo homem continua em vigor.
- D) Se analisada isoladamente, a declaração “Com a espada da lei nas mãos e com a aquiescência de eminências do Poder Judiciário, ela tem se dedicado a investir sobre os trabalhadores sem-terra.” (linhas 14 e 15) tem caráter ambíguo.
- E) A partir de uma reflexão sobre o conteúdo do enunciado “na prática, a musa do agronegócio age como os acumuladores tradicionais de terras que atentam até contra a modernização capitalista do setor rural brasileiro.” (linhas 22 e 23), chega-se à conclusão sobre a veracidade do adágio popular “De boas intenções o inferno anda cheio”.

Questão 09 (Peso 1)

Em todo o texto e, em particular, na frase “A senadora, ao partir para o ataque, advoga em causa própria.”, (linhas 18 e 19), fica evidente a

- A) certeza de que o mal por si só se destrói.
- B) presença de ações travestidas de interesses escusos.
- C) comprovação de que nunca os fins justificam os meios.
- D) dúvida sobre a real convivência do Judiciário sobre a questão enfocada.
- E) insatisfação da senadora com os resultados do seu trabalho frente à presidência do CNA.

Questão 10 (Peso 3)

Sobre os recursos linguísticos usados no texto, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Em “protótipos do atraso” (linha 6), as aspas estão destacando uma ironia.
- () No período “E tornou-se a musa dos ruralistas.” (linhas 7 e 8), o “se” confere ao verbo *tornar* um valor reflexivo, e a forma verbal “tornou-se” concorda, no singular, com o sujeito da oração.
- () Na oração “mas a senadora parecia falar de si mesma.” (linhas 9 e 10), o conector “mas” estabelece com o pensamento anterior uma relação conclusiva.
- () Na frase “Acusa-os de serem financiados ilegalmente para invadir terras Brasil afora.” (linhas 15 e 16), “os” resgata a expressão “os trabalhadores sem-terra” (linha 15), presente no período anterior, e “afora”, nesse caso, expressa a ideia de extensão total.
- () No trecho “O foco no Pará tem um objetivo que vai além da política.” (linha 18), o termo “além da” tem como antônimo a locução *aquém da*, e as formas verbais “tem” e “vai” possuem diferentes regências

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F V F V V
- B) F F V V F
- C) V F V F V
- D) V V F F V
- E) V V V V V

DIREITO PENAL

Questão 11 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca da tentativa e da consumação delitiva:

- I. Determinadas situações admitem o crime tentado sem comportamento doloso do agente.
- II. O crime omissivo próprio não admite tentativa, sendo esta possível no crime omissivo impróprio.
- III. O *iter criminis* é composto de uma fase interna, que compreende a cogitação e os atos preparatórios, e uma fase externa, que compreende os atos executórios e a consumação.
- IV. A tentativa imperfeita ou tentativa propriamente dita acontece quando, por interferência externa, o agente não consegue praticar todos os atos necessários à consumação delitiva.
- V. O crime tentado não admite punição se comprovada a impropriedade relativa do objeto.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 12 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca da tentativa e da consumação delitiva:

- I. O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo e a culpa.
- II. A culpa imprópria decorre do erro culposo sobre a legitimidade da ação realizada.
- III. A culpa consciente ocorre na ausência de previsão do resultado previsível.
- IV. A relação de causalidade é sempre indispensável nos crimes materiais.
- V. A adequação social não é causa de exclusão de culpabilidade.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 13 (Peso 1)

No tocante ao delito de advocacia administrativa, o sujeito ativo deve ser:

- A) Necessariamente apenas bacharel em direito.
- B) Necessariamente funcionário público e bacharel em direito.
- C) Necessariamente apenas advogado.
- D) Necessariamente apenas funcionário público.
- E) Necessariamente advogado e funcionário público.

Questão 14 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca dos crimes contra a pessoa:

- I. Excetuando sua forma privilegiada, prevista no artigo 121, § 1º do Código Penal, o delito de homicídio é classificado como crime hediondo.
- II. O homicídio praticado em conduta característica de grupo de extermínio é previsto expressamente pelo Código Penal como homicídio qualificado.
- III. O maior de dezoito anos que pratica lesões em si próprio responde pelo delito de autolesão.
- IV. O homem que, movido por sentimento de amor, mediante grave ameaça, impede uma mulher de praticar prostituição comete o delito de constrangimento ilegal.
- V. A pena aplicada pelo delito de homicídio privilegiado pode ser cumprida inicialmente em qualquer dos regimes constantes no artigo 33 do Código Penal.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) IV e V.

Questão 15 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca dos crimes contra o patrimônio:

- I. O delito de roubo impróprio tem prevista a mesma pena do delito de roubo próprio.
- II. A conduta de apropriação de coisa alheia vinda ao poder do agente exclusivamente por força da natureza não constitui ilícito penal.
- III. No tocante ao crime de furto, a energia elétrica é expressamente equiparada, pela lei penal, à coisa móvel.
- IV. Nos crimes contra o patrimônio, sendo o sujeito ativo irmão do sujeito passivo, é aquele isento de pena, se o delito foi praticado sem violência ou grave ameaça.
- V. Incide o aumento de pena no crime de roubo se o delito é praticado, em sua fase executória, por apenas duas pessoas, uma imputável e uma inimputável.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, III e V.

Questão 16 (Peso 3)

Romário, servidor da Secretária de Educação do Estado da Bahia, responsável pela guarda de material escolar, combina com seu irmão Rivaldo, empregado de empresa particular, que tinha conhecimento que Romário era servidor da Secretária de Educação do Estado da Bahia, para se apropriarem de dez caixas de canetas de propriedade da Secretária de Educação do Estado da Bahia.

Assim, Romário, no interior da Secretária de Educação do Estado da Bahia, entrega as dez caixas de canetas a Rivaldo, que as leva para sua residência, onde dividem o produto.

Quais os crimes praticados por Romário e Rivaldo?

- A) Romário praticou o crime de corrupção ativa e Rivaldo praticou o crime de favorecimento real.
- B) Romário praticou o crime de corrupção ativa e Rivaldo praticou o crime de corrupção passiva.
- C) Romário praticou o crime de peculato e Rivaldo praticou o crime de peculato.
- D) Romário praticou o crime de peculato e Rivaldo praticou o crime de favorecimento real.
- E) Romário praticou o crime de corrupção passiva e Rivaldo praticou o crime de favorecimento real.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 17 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca do inquérito policial:

- I. Nos crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial depende de representação para ser iniciado.
- II. O indiciado e a vítima podem ser submetidos à condução coercitiva na fase do inquérito policial.
- III. O inquérito policial, por ser de natureza administrativa, deve ter como característica a publicidade dos seus atos.
- IV. A autoridade policial, em nenhuma hipótese, poderá promover o arquivamento do inquérito policial.
- V. O ofendido, ou seu representante legal, tem legitimidade para requerer diligências no inquérito policial, que deverão ser providenciadas pela autoridade policial no prazo da conclusão do procedimento investigativo.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 18 (Peso 1)

O prazo para conclusão do inquérito policial, em regra, nos termos do Código de Processo Penal é de:

- A) Cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia da efetiva prisão, ou dez dias, quando estiver solto, com ou sem fiança.
- B) Cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia da efetiva prisão, ou quinze dias, quando estiver solto, com ou sem fiança.
- C) Cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia da efetiva prisão, ou trinta dias, quando estiver solto, com ou sem fiança.
- D) Dez dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia da efetiva prisão, ou quinze dias, quando estiver solto, com ou sem fiança.
- E) Dez dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia da efetiva prisão, ou trinta dias, quando estiver solto, com ou sem fiança.

Questão 19 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca da ação penal:

- I. Não ocorre a perempção na ação penal privada subsidiária em caso de inércia do querelante.
- II. A irretratabilidade da representação ocorre após o recebimento da denúncia.
- III. No caso de morte ou ausência do ofendido, declarada por decisão judicial, o direito de oferecimento de queixa ou prosseguimento na ação penal poderá ser exercido apenas por cônjuge, ascendente ou descendente.
- IV. A ação penal privada tem como princípios a disponibilidade, a indivisibilidade, a intranscendência e a oportunidade.
- V. O direito à representação poderá ser exercido apenas diante do Juiz de Direito ou do Representante do Ministério Público.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.

Questão 20 (Peso 2)

Um avião comercial brasileiro sobrevoava o Município de Feira de Santana – BA quando um passageiro aplica um golpe de faca em outro passageiro, que vem a falecer quando a aeronave sobrevoava o Município de Terra Nova – BA. O avião vem a pousar no Município de Salvador – BA, onde foi instaurado inquérito policial. Para processar e julgar o delito, é competente:

- A) A Vara Criminal da Justiça Estadual da Comarca de Feira de Santana – BA.
- B) A Vara Criminal da Justiça Estadual da Comarca de Terra Nova – BA.
- C) A Vara Criminal da Justiça Estadual da Comarca de Salvador – BA.
- D) A Vara Criminal da Justiça Federal possuidora de competência em relação ao Município de Salvador – BA.
- E) A competência será originária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Questão 21 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca das disposições constantes na Lei 11.343/06 (Lei Anti-Drogas):

- I. Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante referente aos delitos previstos na Lei 11.343/06, o estabelecimento da materialidade poderá se dar por laudo de constatação da natureza e quantidade de droga, firmado por perito oficial, que não ficará impedido para elaboração de laudo definitivo.
- II. O inquérito policial instaurado para apuração dos delitos previstos na Lei 11.343/06 terá, em regra, o prazo de conclusão de trinta dias em caso de indiciado preso e noventa dias em caso de indiciado solto.
- III. Os meios de transportes utilizados para prática dos delitos previstos na Lei 11.343/06 poderão ser objeto de alienação em momento anterior à sentença de primeiro grau de jurisdição.
- IV. O indiciado ou acusado dos delitos previstos na Lei 11.343/06 que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação parcial ou total do produto do crime, poderá ser beneficiado com isenção de pena.
- V. Na audiência de instrução e julgamento, referente aos delitos previstos na Lei 11.343/06, o interrogatório do acusado ocorrerá posteriormente às oitivas das testemunhas.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

Questão 22 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca do procedimento no processo penal:

- I. Em todos os crimes cuja sanção máxima seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade será utilizado o procedimento comum sumário.
- II. No procedimento comum ordinário serão inquiridas oito testemunhas de acusação e oito testemunhas de defesa, excluídas de tal montante as que não prestem compromisso e as testemunhas referidas.
- III. No procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri, ocorrerá a absolvição sumária do réu na hipótese do Juiz não firmar convencimento da existência de indícios suficientes de que o mesmo (o réu) foi o autor do delito.
- IV. No procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri são impedidos de atuar, no mesmo Conselho de Sentença, ascendente e descendente; sogro e genro; irmãos e cunhados, durante o cunhadio.
- V. No procedimento dos crimes de competência do tribunal do júri, o Juiz, ao receber a denúncia, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de cinco dias, nomeando defensor para oferecê-la, em igual prazo, na hipótese de inércia do réu.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.

DIREITO CIVIL

Questão 23 (Peso 1)

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade e os que, por enfermidade mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil.
- B) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade e os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido.
- C) Os que, por enfermidade mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil e os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido.
- D) Os que, por enfermidade mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil e os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.
- E) Os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido e os menores de dezoito anos.

Questão 24 (Peso 1)

São incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer:

- A) Os que, por deficiência mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil e os menores de vinte e um e maiores de dezoito anos.
- B) Os que, por deficiência mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil e os pródigos.
- C) Os que, por deficiência mental, não têm o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil e os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- D) Os menores de vinte e um e maiores de dezoito anos e os pródigos.
- E) Os pródigos e os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

Questão 25 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca do casamento na lei civil:

- I. A autorização dos pais, tutores e curadores para o casamento de pessoa com dezesseis anos de idade só pode ser objeto de revogação no prazo de dez dias da sua concessão, desde que já não celebrado o casamento.
- II. Os cônjuges têm como deveres a consideração mútua, a mútua assistência, a fidelidade e, em regra, a vida em comum, no domicílio conjugal.
- III. São impedidos de casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem foi cônjuge do adotante.
- IV. O casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, poderá ser anulado através de ação proposta pelo incapaz, ao deixar de sê-lo, no prazo de trezentos e sessenta dias, contado do dia da cessação da incapacidade, através de ação proposta por seus representantes legais, no prazo de trezentos e sessenta dias, contado a partir do casamento e através de ação proposta por seus herdeiros necessários, no prazo de trezentos e sessenta dias, contado a partir da morte do incapaz.
- V. A ignorância da prática, pelo outro cônjuge, de crime anterior ao casamento, que, por sua natureza, torne insuportável a vida conjugal, configura erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, e acarreta a anulabilidade do casamento, através de ação própria, com prazo de três anos, contado da data de celebração.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 26 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca da filiação na lei civil:

- I. A ação de prova de filiação só poderá ser intentada pelos herdeiros do suposto filho se este (suposto filho) vier a falecer menor ou incapaz.
- II. Presume-se concebido na constância do casamento o filho nascido após noventa dias do estabelecimento da convivência conjugal.
- III. Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade. Todavia, a confissão materna é suficiente para a exclusão da paternidade.
- IV. O marido tem legitimidade exclusiva para iniciar ação de contestação da paternidade do filho nascido de sua mulher, sendo que o prazo para tal ação extingue-se no dia em que o filho atinja maioridade civil.
- V. Presume-se concebido na constância do casamento o filho havido por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e III.
- B) I, e V.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) IV e V.

Questão 27 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca das conseqüências dos defeitos nos negócios jurídicos:

- I. É nulo o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- II. É anulável o negócio jurídico quando não revestido na forma prescrita em lei.
- III. Ocorrerá simulação no negócio jurídico quando os instrumentos particulares forem antedatados.
- IV. Qualquer pagamento feito a incapaz, oriundo de uma obrigação anulada, não poderá ser reclamado por quem efetuou o pagamento.
- V. O prazo de decadência para o pleito de anulação do negócio jurídico praticado por relativamente incapaz é de quatro anos contado do dia da cessação da incapacidade.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I, e III.
- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 28 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca do negócio jurídico e de seus defeitos:

- I. São requisitos de validade do negócio jurídico: objeto lícito, possível, determinado ou determinável; agente capaz e forma prescrita ou não defesa em lei.
- II. No tocante ao negócio jurídico, condição é a cláusula, oriunda exclusivamente da vontade das partes, que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- III. No tocante ao negócio jurídico, o silêncio acarreta anuência, quando os usos o autorizarem, e não for necessária expressa declaração de vontade.
- IV. Quando, na celebração do negócio jurídico, ambas as partes atuarem com dolo, nenhuma poderá alegá-lo, ainda que com substancial maior prejuízo, para anulação do mesmo ou para reclamar indenização.
- V. O simples temor reverencial pode ser considerado coação, ensejadora de anulabilidade do negócio jurídico.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 29 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas sobre a competência no processo civil:

- I. Nas ações fundadas em direito de vizinhança é competente o foro da situação da coisa, podendo o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio.
- II. Nas ações fundadas em direito pessoal, sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, será competente o foro do local onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.
- III. Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículo, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
- IV. Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais praticados serão nulos.
- V. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 30 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas sobre a petição inicial no processo civil:

- I. Se a petição inicial não possui requisito que lhe é indispensável ou contém defeito ou irregularidade sanável, o juiz tem o dever de conferir ao autor a possibilidade de emendá-la no prazo de dez dias.
- II. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser proferida sentença com o mesmo teor da anteriormente prolatada, antes mesmo da citação do réu.
- III. É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- IV. A petição inicial será indeferida, quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição, exceto na hipótese de decadência convencional.
- V. Indeferida a petição inicial, se o autor apelar, é facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, reformar sua decisão.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 31 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas sobre a resposta do réu no processo civil:

- I. Qualquer das partes poderá arguir a incompetência, o impedimento e a suspeição, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, cabendo-lhe oferecer exceção no prazo de quinze dias, contado do fato que ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- II. Nas exceções, as petições deverão ser sempre protocolizadas no juízo que determinou a citação.
- III. Na exceção de impedimento ou suspeição, o juiz poderá ser condenado nas custas, na hipótese de o tribunal reconhecer fundamento legal para exceção e não ter o juiz a reconhecido.
- IV. A desistência ou extinção da ação, implica a extinção da reconvenção.
- V. Oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado, por intermédio de seu procurador, para contestá-la no prazo de quinze dias.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 32 (Peso 2)

Compete ao Ministério Público sempre intervir nas seguintes ações:

- I. Nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- II. Nas ações de tutela, interdição, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas causas em que há interesses de incapazes.
- III. Nas causas concernentes ao estado da pessoa, casamento, curatela e inventário.
- IV. Nas ações de curatela, de declaração de ausência, de destituição de pátrio poder e interdição.
- V. Nas ações em que há interesses de incapazes, desapropriação, nas causas concernentes às disposições de última vontade e tutela.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 33 (Peso 1)

Tem legitimidade para propor a ação civil pública:

- I. O Ministério Público, a Defensoria Pública e os Municípios.
- II. O Ministério Público, os Estados e as organizações sindicais constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
- III. A Defensoria Pública, as Autarquias e as associações formadas há pelo menos um ano e que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- IV. O Ministério Público, as empresas públicas e as associações formadas há pelo menos um ano e que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- V. O Ministério Público, os Municípios e as organizações sindicais constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 34 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas sobre a citação no processo civil:

- I. Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
- II. Incumbe à parte promover a citação do réu no prazo de dez dias, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário, e, não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo por até o máximo de cento e oitenta dias.
- III. Nos processos de execução a citação não pode ser feita pelo correio.
- IV. A citação do curador do incapaz poder ser realizada pelo correio.
- V. Será feita a citação por edital quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 35 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal:

- I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
- II. O civilmente identificado não poderá em nenhuma hipótese ser submetido à identificação criminal.
- III. O crime de racismo é inafiançável e sua prescrição ocorre em vinte anos.
- IV. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos, em defesa dos interesses de seus associados.
- V. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 36 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal:

- I. O princípio da igualdade não veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas.
- II. No Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão não dispõe de caráter absoluto, visto que encontra limites em outros valores protegidos constitucionalmente.
- III. A liberdade de reunião não é absoluta, uma vez que somente é legítima reunião pacífica, sem uso de armas, e exige autorização prévia para não frustrar outra reunião previamente marcada para o mesmo local.
- IV. A prova ilícita não invalida necessariamente o processo, desde que existam nos autos outras provas lícitas e autônomas, pois a prova ilícita contamina todas as demais provas dela decorrentes.
- V. As associações somente podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado, mas poderão ter suas atividades temporariamente suspensas por decisão administrativa, desde que lhes seja assegurada ampla defesa.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 37 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca dos direitos políticos:

- I. Para concorrer ao cargo de vereador, o candidato, além de outros requisitos, deverá ter idade mínima de 21 anos.
- II. O Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos, para concorrerem a outros cargos eletivos, deverão renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- III. O cunhado do Prefeito não pode candidatar-se ao cargo de Vereador do mesmo Município, salvo se já detentor de mandato eletivo de Vereador no referido Município e candidato à reeleição.
- IV. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, devendo a ação ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- V. A lei que alterar o processo eleitoral somente poderá ser aplicada à eleição que ocorra após um ano da data de sua vigência.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 38 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca dos servidores públicos:

- I. É vedada a realização de contratações para cargos ou empregos públicos com base em análise de títulos e currículos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- II. O cargo comissionado é de livre nomeação e exoneração, mas o respectivo ato de exoneração deve ser motivado, em razão do princípio da motivação obrigatória dos atos da administração pública.
- III. Os cargos em comissão poderão ser preenchidos por qualquer pessoa, servidor público ou não, e a lei estabelecerá percentual mínimo para preenchimento das funções de confiança por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- IV. A lei poderá dispensar a exigência de concurso para os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- V. O concurso público tem prazo de validade improrrogável de dois anos.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 39 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca dos servidores públicos:

- I. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria por membros da Polícia Militar, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis, nos termos da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão.
- II. São imprescritíveis as ações de ressarcimento por danos ao erário.
- III. É obrigatória a instituição de regime jurídico único e de plano de carreira no âmbito das administrações públicas direta, autárquica e fundacional.
- IV. O servidor público investido no mandato de deputado estadual será, obrigatoriamente, afastado de seu cargo, emprego ou função pública, podendo optar entre remuneração do cargo eletivo e a remuneração do cargo, emprego ou função pública de que foi afastado.
- V. O servidor público adquire estabilidade automaticamente após três anos de efetivo exercício.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 40 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca do Ministério Público:

- I. Os Ministérios Públicos são organizados em lei complementar, cuja iniciativa é privativa dos respectivos Procuradores-Gerais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, enunciando o princípio da indivisibilidade que os seus membros não se vinculam aos processos em que atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros de acordo com as regras legais.
- III. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- IV. Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público serão nomeados para mandato de três anos, admitida uma recondução.
- V. O Conselho Nacional do Ministério Público tem atribuição para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares dos membros do Ministério Público da União e dos Estados julgados dentro de cinco anos.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Questão 41 (Peso 1)

Quanto à medida sócio-educativa de internação, podemos afirmar:

- A) A liberação será compulsória aos dezoito anos.
- B) O adolescente, em nenhuma hipótese, poderá sair do estabelecimento onde permanecer internado.
- C) Tem como prazo máximo dois anos.
- D) Tem como prazo mínimo três meses.
- E) Quando aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta, não poderá exceder o prazo de três meses.

Questão 42 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca da aplicação das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.
- II. A medida sócio-educativa de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de três meses.
- III. A medida sócio-educativa de prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais, por período não superior a seis meses e jornada máxima de oito horas semanais.
- IV. Na medida sócio-educativa de colocação em regime de semiliberdade é obrigatória a escolarização e a profissionalização, e o prazo mínimo de cumprimento de três meses.
- V. É direito do adolescente privado de liberdade entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 43 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. Estando o adolescente internado, o prazo máximo para conclusão do procedimento será de quarenta e cinco dias.
- II. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, podendo sua concessão incluir a aplicação das medidas sócio-educativas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.
- III. A competência para apurar a prática de ato infracional será da autoridade judiciária do local onde se encontra o adolescente.
- IV. Em caso de flagrante de ato infracional cometido sem violência ou grave ameaça a pessoa, a lavratura do auto de apreensão poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciado.
- V. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional, se não for liberado, deverá ser desde logo apresentado ao representante do Ministério Público, e, sendo impossível a apresentação imediata, deverá ser encaminhado pela autoridade policial para entidade de atendimento, que deverá fazer a apresentação do adolescente no prazo de quarenta e oito horas.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 44 (Peso 2)

Analise as seguintes assertivas acerca da Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

- I. Os entes despersonalizados podem ser considerados fornecedores.
- II. É direito do consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos com a inversão do ônus da prova em seu favor, em qualquer caso, no processo civil.
- III. O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- IV. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança do consumidor.
- V. O fabricante e o comerciante são sempre solidariamente responsáveis pelos danos causados por fato do produto independentemente de culpa.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 45 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca da Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

- I. Em caso de vício do produto, não sendo o vício sanado no prazo de quinze dias, pode o consumidor exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- II. Em caso de execução de serviço em disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, o consumidor poderá exigir, quando cabível, a reexecução do serviço por terceiro capacitado, por conta e risco do fornecedor, sem custo adicional.
- III. A instauração do inquérito civil obsta, até o seu encerramento, a decadência do direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.
- IV. Prescreve em dez anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.
- V. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da empresa fornecedora sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 46 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca do Estatuto do Idoso (Lei n° 10.741/03):

- I. Considera-se idosa somente a pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
- II. A garantia de prioridade assegurada ao idoso compreende a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.
- III. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça e terão efeito de título executivo judicial.
- IV. Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação aos direitos dos idosos que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- V. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, cabendo ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 47 (Peso 1)

Analise as seguintes assertivas acerca do Estatuto do Idoso (Lei n° 10.741/03):

- I. O Ministério Público deverá oficiar em todos os feitos onde se discutam os direitos dos idosos em situação de risco.
- II. Somente as associações legalmente constituídas há pelos menos dois anos e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa possui legitimidade para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos ou individuais indisponíveis ou homogêneos relativo ao idoso.
- III. No caso de ações para defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos da pessoa idosa, decorridos sessenta dias do trânsito em julgado de sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá o Ministério Público fazê-lo.
- IV. Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei n° 9.099/95.
- V. Os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública condicionada à representação.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 48 (Peso 3)

Analise as seguintes assertivas acerca da sentença arbitral (Lei n° 9.307/96):

- I. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes, e, no caso de não ter havido convenção, o prazo para apresentação da sentença será de noventa dias.
- II. Sobrevindo no curso da arbitragem controvérsia acerca de direitos indisponíveis e que de sua solução dependerá o julgamento, o árbitro ou tribunal arbitral remeterá as partes à autoridade judiciária competente, extinguindo o procedimento arbitral.
- III. Quando forem vários os árbitros a decisão será tomada por maioria e, se não houver acordo majoritário, prevalecerá o voto do presidente do tribunal arbitral.
- IV. É de dez dias o prazo para que a parte interessada solicite ao árbitro ou ao tribunal arbitral que corrija qualquer erro material da sentença arbitral.
- V. A sentença arbitral é nula se não decidir todo o litígio submetido à arbitragem.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e V.
- E) IV e V.

Questão 49 (Peso 1)

Analise as assertivas em relação à Lei n° 8.429/92:

- I. Os atos de improbidade administrativa são divididos em três espécies, os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- II. As sanções da Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- III. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem ser decretadas cautelarmente no curso da ação para apuração da prática de ato de improbidade administrativa.
- IV. A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- V. As ações de improbidade administrativa prescrevem em até quatro anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.

Questão 50 (Peso 2)

Analise as assertivas em relação à Lei nº 8.429/92:

- I. Estão também sujeitos às penalidades da lei de improbidade administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- II. As disposições da Lei nº 8.429/92 são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, desde que se beneficie diretamente.
- III. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- IV. O sucessor do autor do ato de improbidade administrativa não está sujeito às cominações da Lei nº 8.429/92.
- V. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, devendo ser atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) II, IV e V.